



II PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REDE PORTUGUESA DE CIDADES SAUDÁVEIS

2008 – 2013

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. CIDADES SAUDÁVEIS EM PORTUGAL – 10 ANOS EM REDE.....	3
3. O FUTURO - OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	9
3.1 REFORMULAR O MODELO DE FUNCIONAMENTO DA RPCS, POR FORMA A ESTIMULAR UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS	9
3.2 INTENSIFICAR UMA CULTURA DE TRABALHO EM REDE	11
3.3 INVESTIR NO DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS DE ANÁLISE E DE PLANEAMENTO	11
3.4 INVESTIR NA CONSOLIDAÇÃO E FORMAÇÃO DO GRUPO TÉCNICO	12
3.5 ESTREITAR LAÇOS DE COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E PROMOVER/REFORÇAR PARCERIAS ESTRATÉGICAS DE ÂMBITO NACIONAL.....	12
3.5.1 <i>Parceria com a Direcção-Geral da Saúde</i>	13
3.5.2 <i>Parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública – potenciar o protocolo existente</i>	13
3.5.3 <i>Parceria com o Instituto do Desporto de Portugal</i>	13
3.5.4 <i>Parceria com as associações regionais de municípios</i>	13
3.6 TRABALHAR EM PARCERIA COM A OMS E COM AS CIDADES EUROPEIAS NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO NA REDE DAS REDES NACIONAIS DE CIDADES SAUDÁVEIS	14

1. Introdução

Findo o período de vigência do I Plano Estratégico da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis (RPCS), e decorridos 10 anos de implantação em território nacional desta Associação de Municípios, surge a necessidade de avaliar o percurso feito e definir um conjunto de objectivos estratégicos que nortearão a actuação desta Rede no período de 2008 a 2013.

A elaboração deste II Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis surge numa fase de maturação desta associação em que importa analisar, sob um ponto de vista crítico os objectivos alcançados. A este nível, consideramos que os 10 anos vividos são sobretudo marcados pela expansão da Rede pelo território nacional, pela consolidação de determinadas linhas de intervenção, designadamente, ao nível de estratégias de informação e de divulgação, bem como da formação do corpo técnico.

A Rede alargou-se substancialmente e conquistou novos adeptos das Cidades Saudáveis. A concretização deste objectivo foi fundamental, no entanto, consideramos que actualmente importa reflectir sobre a consolidação da rede, na perspectiva da melhoria do seu funcionamento aumentando a participação efectiva de todos os seus membros. Os próximos anos serão anos de consolidação de um percurso marcado por sucessos e insucessos, ou se quisermos, por pontos fortes e pontos fracos que ditaram os ganhos obtidos na prossecução da missão desta associação.

2. Cidades Saudáveis em Portugal – 10 Anos em Rede

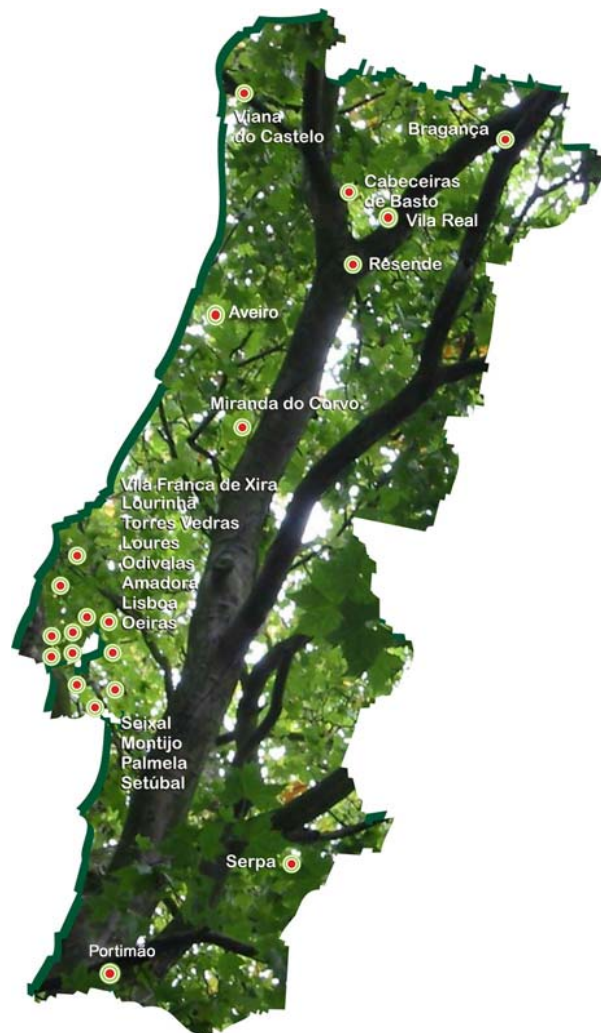
Em Portugal, um conjunto de municípios sensíveis à abordagem holística da saúde promovida pelo Projecto Cidades Saudáveis e conscientes de problemas de saúde emergentes devido a desequilíbrios nos condicionantes ambientais e socioeconómicos, constituíram uma comissão promotora que em 10 de Outubro de 1997 criou, sob escritura pública, em Viana do Castelo, a Associação de Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis.

Esta Associação de Municípios comemorou, em 2007, 10 anos de existência. Durante este período foram vários os objectivos perseguidos por esta associação resultantes da vontade de disseminar, pelo território nacional, a metodologia de intervenção das Cidades Saudáveis, de consolidar a Rede Portuguesa conferindo-lhe maior maturidade em termos de intervenção e de articulação com o poder local e central.

Durante estes 10 anos a Rede passou de 9 municípios fundadores para 21. Pelo caminho ficaram municípios que integraram a Comissão Promotora desta

associação mas que nunca chegaram a ser membros de facto, Castelo Branco e Porto e ainda Cartaxo, Leiria e Coimbra que cessaram a sua participação na Rede em 2000, 2002 e 2004, respectivamente.

O mapa abaixo localiza territorialmente os 21 municípios que integram actualmente a RPCS - Amadora, Aveiro, Bragança, Cabeceiras de Basto, Lisboa, Loures, Lourinhã, Miranda do Corvo, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Portimão, Resende, Seixal, Serpa, Setúbal, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira e Vila Real.



Da análise do presente mapa conclui-se que, apesar da maioria dos membros se localizar na Área Metropolitana de Lisboa, é visível alguma dispersão pelo território nacional, com um pequeno núcleo a Sul (Serpa e Portimão) e outro de maior dimensão a Centro/Norte (Miranda do Corvo, Aveiro, Resende, Vila Real, Cabeceiras de Basto, Bragança e Viana do Castelo).

Muito embora dos 308 municípios portugueses apenas 21 integrem a RPCS, a expressão dos mesmos em termos de população abrangida é bastante significativa dado que, abrangem 20,8% da população de Portugal – 2190181 habitantes dos 10529255 residentes em Portugal.

A tendência de crescimento que se tem vindo a registar na RPCS, com a adesão de uma média de 2,5 municípios por ano, consubstancia-se, por um lado, no grande investimento em termos de divulgação da associação e do seu trabalho, e por outro num crescendo de importância dada à área da saúde pelo impacto que estas questões têm na vida das pessoas, bem como pela descentralização de competências para as autarquias locais em matéria de saúde.

Esta associação de municípios assume-se, fundamentalmente, como um grande fórum de partilha e de discussão de questões com impacto na saúde e qualidade de vida das pessoas. A visão de que a promoção da saúde se rege por princípios de cooperação intersectorial, solidariedade, equidade e sustentabilidade, impeliu os municípios a procurarem em conjunto respostas para problemas comuns.

Esta filosofia de trabalho em parceria potencia a obtenção de ganhos em saúde, constitui um estímulo à inovação e criatividade e permite a construção de uma visão partilhada de intervenção pela saúde e qualidade de vida.

Em 10 anos de trabalho colectivo pela saúde das populações, são vários os ganhos obtidos. No esquema que se segue salientam-se alguns dos principais marcos do percurso feito por esta associação de municípios, de que se destaca a adesão de 15 municípios.

Breve Cronologia da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis



Neste percurso de 10 anos encontram-se, também, alguns pontos fracos, por vezes resultantes de constrangimentos inerentes à própria estrutura da rede.

São ainda poucos os municípios que possuem Perfil e Plano de Saúde, dois documentos fundamentais para o planeamento estratégico da intervenção. Este facto tem dificultado o estudo comparativo do "estado da saúde" nos municípios associados. Para dar resposta a esta necessidade foi produzida uma grelha de indicadores comuns a todos os municípios que, a médio prazo, nos dará uma perspectiva evolutiva em termos dos principais indicadores de saúde.

O enquadramento dado ao Projecto Cidades Saudáveis e o consequente acompanhamento desta Rede Portuguesa, também assume realidades distintas entre os municípios, que vão desde a constituição do Gabinete Cidade Saudável à incorporação em serviços já existentes e que se reportam às temáticas subjacentes às Cidades Saudáveis, designadamente, saúde, acção social, habitação, emprego, desenvolvimento local, entre outras.

São menos de metade os municípios que já constituíram o Projecto Cidades Saudáveis, conferindo-lhe uma imagem, uma estrutura e rede de parceiros. Para a grande maioria dos municípios a abordagem das Cidades Saudáveis faz-se por via da participação na Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis.

Contudo, importa referir que, este balanço se cinge exclusivamente aos requisitos subjacentes ao desenvolvimento do Projecto Cidades Saudáveis, que integram os Estatutos desta Associação de Municípios, não se reportando à dinâmica de trabalho na área da promoção da saúde, que caracteriza os municípios da Rede. É evidente que, mesmo os municípios que ainda não cumpriram os referidos requisitos, têm um trabalho consolidado na promoção da saúde e o facto de integrarem esta Rede é prova disso.

Um dos pilares desta associação de municípios é o compromisso político. Este tem sido factor de desenvolvimento e consolidação da Rede, na medida em que, a estabilidade política registada na grande maioria dos municípios tem permitido um trabalho de continuidade ao longo dos mandatos autárquicos. As alterações políticas traduzem-se, normalmente, num menor investimento político e técnico na Rede, e a limite, na opção por deixar de integrar a associação, o que aconteceu no passado com três municípios.

Outro ponto forte prende-se com a liderança, dinâmica e coesão do Grupo Técnico, bem como a articulação com o órgão executivo (Conselho de Administração), que confere celeridade aos procedimentos de gestão e de desenvolvimento técnico do trabalho.

No plano internacional, a RPCS goza de credibilidade e é apreciada pela sua dinâmica, pela disponibilidade e envolvimento na Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis da OMS, pela articulação com a OMS.

Um exemplo da avaliação muito positiva desta Rede é a participação da sua coordenadora técnica no Comité Consultivo da Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis, onde teve a oportunidade de colaborar com a OMS, nos anos de 2005 e 2006.

No plano nacional, a Rede tem conseguido uma aproximação com o poder local, ainda que de carácter pouco regular, que se traduz na participação em reuniões técnicas com vista à elaboração e discussão do Plano Nacional de Saúde 2004-2010, na discussão de algumas temáticas específicas e mais recentemente na participação no Plano de Acção para a Segurança Infantil. O interlocutor do Ministério da Saúde tem sido a Direcção-Geral da Saúde, que tem mantido uma colaboração sistemática, designadamente, na participação no júri dos prémios jornalístico e científico.

Outro parceiro de referência é a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) com quem a RPCS tem um protocolo, desde 2000, que para além de integrar o júri dos referidos prémios ministrou acções de formação no âmbito do Plano de Formação desta Rede, sobre "Ambiente e Saúde" e "Planeamento Urbano Saudável".

O objectivo de se afirmar como uma associação de referência em matéria de promoção da saúde foi timidamente conseguido. Neste campo ainda muito há a fazer e esta constitui uma das áreas a desenvolver no contexto do II Plano Estratégico desta associação de municípios.

São muitos os desafios que se colocam à Rede Portuguesa em matéria de promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas e que deverão ser encarados por uma rede forte e consolidada, com capacidade de influenciar as políticas locais e nacionais de saúde.

São, também, muitos os benefícios resultantes de um trabalho em rede:

- Troca de conhecimentos, fundamental para o planeamento estratégico de acções integradas;
- Abordagem intersectorial dos problemas;
- Desenvolvimento de capacidades e trabalho conjunto;
- Programação e concretização de acções inovadoras que abordem todos os aspectos da saúde e da qualidade de vida;
- Cooperação institucional;
- Estimulo à criatividade;
- Desenvolvimento de planos estratégicos de suporte e instrumentalização de políticas com vista à melhoria da qualidade de vida das comunidades;
- Construção de uma visão partilhada para os municípios, com um Plano de Desenvolvimento de Saúde e trabalho em áreas específicas;
- Definição e construção de ferramentas de suporte à avaliação e monitorização dos ganhos em saúde;
- Parcerias institucionais, nas áreas dos condicionantes sociais da saúde, designadamente, a Direcção Geral da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública, entre outras;
- Troca de experiências e de conhecimentos com as restantes cidades da Europa que integram a REDE das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis da OMS;

- Parceria estabelecida com a OMS, potenciando a abordagem holística das cidades saudáveis e usufruindo, simultaneamente, do seu *Know-how*, em matéria de temas transversais aos problemas que as cidades da Europa enfrentam na generalidade: exclusão social, toxicodependências, pobreza, mutações sociais, desemprego, SIDA, degradação ambiental, entre outros.

3. O Futuro - Objectivos Estratégicos

Constitui a Missão desta associação de municípios, divulgar e promover a nível nacional o Projecto Cidades Saudáveis e os conceitos que o sustentam, designadamente, a abordagem holística da saúde e a importância dos condicionantes sociais da saúde na melhoria da qualidade de vida. Neste contexto, a Rede tem desenvolvido um trabalho profícuo, com resultados visíveis, designadamente, no que diz respeito ao alargamento da Rede de parceiros e à edição de produtos que vão desde o site ao boletim trimestral e à revista, passando por folheto e outros materiais produzidos no contexto de eventos específicos. No entanto, a Rede continuará a zelar pela sua missão, procurando disseminar pelo território nacional a metodologia das Cidades Saudáveis.

Consideramos, no entanto, que a prossecução da missão desta associação, direcciona-nos para uma reflexão em torno de um conjunto de metas a atingir que se consubstanciam nos seguintes objectivos estratégicos:

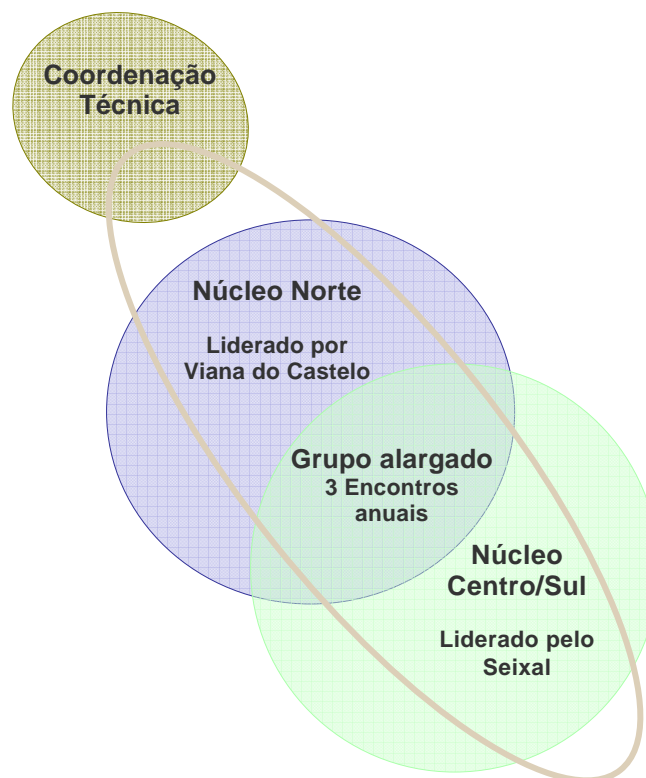
3.1 Reformular o modelo de funcionamento da RPCS, por forma a estimular uma maior participação dos municípios associados

O alargamento da RPCS a novos membros constituiu um dos objectivos dos últimos anos. Diríamos que este é um objectivo intemporal, na medida em que esta associação tem as portas abertas aos municípios que queiram trabalhar em parceria e num espírito de solidariedade, pela promoção da saúde. No entanto, consideramos que é tempo de olharmos para dentro e reflectirmos sobre o funcionamento interno desta associação.

Conscientes que a dispersão pelo território tem constituído um obstáculo à participação sistemática nos órgãos e actividades da Rede, por parte de todos os seus membros, propõe-se um novo modelo de funcionamento que passe pela criação de núcleos intermédios de gestão e coordenação que agruparão os municípios de acordo com a sua localização geográfica.

Analisando a localização geográfica dos municípios associados, propõe-se:

- A constituição de um **núcleo de trabalho a norte do país**, composto pelos municípios de Viana do Castelo, Aveiro, Bragança, Cabeceiras de Basto, Miranda do Corvo, Resende e Vila Real, coordenado pelo Município de Viana do Castelo;
- A constituição de um **núcleo de trabalho a centro/sul do país**, composto pelos municípios de Lourinhã, Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Loures, Odivelas, Amadora, Oeiras, Lisboa, Montijo, Seixal, Palmela, Setúbal, Serpa e Portimão, coordenado pelo Município do Seixal;
- Prevê-se para o futuro, com o alargamento da Rede a mais municípios do sul do país, a criação de um núcleo de trabalho a sul envolvendo os actuais membros, Serpa e Portimão. Consideramos, no entanto, que face ao cenário actual seria redutor a criação de um núcleo com apenas dois municípios. Este constitui um desafio que se lança aos municípios de Serpa e de Portimão, no sentido de também eles conquistarem outros pares para a RPCS.



Incentiva-se os núcleos de trabalho a reunirem uma vez por mês, sendo que o Grupo Alargado, composto por todos os municípios, deverá reunir três vezes por ano.

Este é um modelo que se aplicará, unicamente, ao corpo técnico. O funcionamento dos órgãos deliberativo e executivo segue o estipulado nos estatutos desta associação.

3.2 Intensificar uma cultura de trabalho em rede

Os municípios que integram a RPCS encontram-se em diferentes estados de desenvolvimento do Projecto Cidades Saudáveis resultante da experiência acumulada no contexto da participação na RPCS, bem como na Rede Europeia de Cidades Saudáveis. A este nível consideramos que esta experiência deveria ser potenciada no sentido de desenvolver um maior espírito de entreatajuda e de partilha de conhecimento entre os municípios “seniores” e “juniores”. Assim sendo, propõe-se a implementação de um sistema de “apadrinhamento” de municípios, em que os “seniores” serão responsáveis pelo acompanhamento dos municípios “juniores”, ou seja, os municípios menos experientes escolhem um outro município com mais experiência para mentor no contexto do desenvolvimento localmente do Projecto Cidades Saudáveis. Esta assessoria técnica poderá, inclusivamente, incluir o desenvolvimento do Perfil e do Plano de Desenvolvimento de Saúde.

Esta metodologia de trabalho permitirá reforçar a cultura de trabalho em rede que esta associação preconiza e trará mais valias para todos os municípios na medida em que, os “juniores” sentir-se-ão mais apoiados e poderão aprender com a experiência dos outros mas de uma forma personalizada e dirigida às suas necessidades específicas e os “seniores” testarão os seus conhecimentos e irão adquirir mais experiência no contexto de outras realidades.

3.3 Investir no desenvolvimento de instrumentos de análise e de planeamento

Consideramos que deverá reflectir-se internamente sobre os critérios de adesão à RPCS, na medida em que grande parte dos municípios não têm vindo a desenvolver o Perfil de Saúde e Plano de Desenvolvimento em Saúde, dois instrumentos de análise e planeamento fundamentais para o desenvolvimento de um projecto local de Cidades Saudáveis sustentado. A este nível consideramos que se deverá aumentar o grau de exigência, quer em termos dos futuros membros, quer no que diz respeito aos actuais membros. Propõe-se que os membros associados que não possuem os referidos instrumentos invistam no seu desenvolvimento no prazo máximo de dois anos. Relativamente aos futuros membros, propõe-se que assumam o compromisso de desenvolver o Perfil de Saúde e o Plano de Desenvolvimento de Saúde durante os primeiros três anos de adesão à RPCS.

Deverá a Assembleia Intermunicipal decidir quais as consequências resultantes do incumprimento destes critérios por parte dos municípios associados.

3.4 Investir na consolidação e formação do Grupo Técnico

Um Grupo Técnico coeso e conhecedor das matérias subjacentes ao Projecto Cidades Saudáveis, constitui um pilar da Rede e a garantia de um trabalho profícuo.

Para alcançar este objectivo, propõe-se:

- A elaboração do II Plano de Formação com base nas necessidades sentidas e áreas prioritárias de cada município. O Grupo técnico tem a seu cargo o levantamento dessas necessidades e a programação de acções de formação com recurso a formadores externos, especializados nas matérias definidas.
- O investimento nestas acções poderá ser rentabilizado no futuro de duas maneiras: através de uma posterior formação, ministrada pelo Grupo Técnico aos técnicos dos novos municípios associados e a disponibilização (mediante acordos a realizar que poderão ser financeiros ou não) destes cursos/módulos de formação a outros municípios que não integrem a Rede.

Como metodologia de implementação do referido plano, propõe-se o princípio da rotatividade, assumindo cada município a organização de uma acção de formação, suportada financeiramente pelo orçamento da Rede.

- A organização de encontros descentralizados, que estimulem a troca de conhecimentos e a aprendizagem de boas práticas, contribuindo para um maior conhecimento da realidade de cada município e para a rentabilização do trabalho em rede;
- A partilha de tarefas e responsabilidades relacionadas com o funcionamento em rede, criando uma cultura de rede e estimulando a troca de informação, reforçando laços de solidariedade e de entreajuda;
- Participação dos técnicos nos encontros da OMS e em congressos internacionais onde a Rede esteja representada (em regime de rotatividade – um técnico a acompanhar o Coordenador Técnico da Rede). Desta forma investe-se na formação dos técnicos possibilitando o contacto com outras realidades e a aprendizagem de boas práticas que transpostas para o contexto da Rede, aumentará a qualidade do trabalho desenvolvido.

3.5 Estreitar laços de colaboração com a Administração Central e promover/reforçar parcerias estratégicas de âmbito nacional

O trabalho em parceria constitui um pilar da intervenção da Rede em prol da promoção da qualidade de vida e do bem-estar das comunidades. Para a prossecução deste objectivo é fundamental potenciar dinâmicas de parceria, aprofundando linhas de colaboração com instituições estratégicas, que constituem uma mais valia para a prossecução da missão da Rede,

designadamente, com a Direcção-Geral da Saúde e com a Escola Nacional de Saúde Pública.

3.5.1 Parceria com a Direcção-Geral da Saúde

- Ao nível da elaboração e validação de materiais de promoção da saúde produzidos pela Rede;
- Na disponibilização de materiais temáticos na área dos condicionantes sociais e ambientais da saúde;
- Na colaboração nos órgãos de informação da Rede – Site e Revista “Notícias da Rede”;
- No incentivo aos serviços de saúde locais para colaborarem com as Câmaras Municipais ao nível da implementação/dinamização do Projecto Cidades Saudáveis.

3.5.2 Parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública – potenciar o protocolo existente

- Ao nível da promoção de formação específica para os técnicos da Rede, mediante uma proposta da Rede;
- Na divulgação do Projecto Cidades Saudáveis e dos seus conceitos nos cursos oficiais desta escola;
- Na colaboração nos órgãos de informação da Rede – Site e Revista “Notícias da Rede”.

3.5.3 Parceria com o Instituto do Desporto de Portugal

- Na disponibilização de indicadores da prática desportiva e dos diferentes factores de desenvolvimento da actividade física e do desporto;
- Ao nível da promoção de formação para os técnicos dos municípios da Rede, sobre as normas de segurança desportiva na construção e licenciamento dos equipamentos e das infra-estruturas desportivas ou noutras áreas relevantes para a promoção da prática de actividade física;
- No apoio à prática desportiva regular, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros.

3.5.4 Parceria com as associações regionais de municípios

- Na divulgação do Projecto Cidades Saudáveis e dos seus conceitos junto dos municípios associados;
- Na realização de iniciativas conjuntas, como seja o Fórum da Rede ou outras que venham a acontecer;
- Na discussão de estratégias conjuntas com vista à promoção da saúde e qualidade de vida das populações que vivem nestes municípios.

3.6 Trabalhar em parceria com a OMS e com as cidades europeias no contexto da participação na Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis

A Rede Portuguesa sustenta-se numa base de cooperação mais ampla que ultrapassa as fronteiras nacionais. A adesão à Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis da OMS, veio solidificar a importância da componente internacional deste projecto.

Para além da continuidade e do reforço do trabalho desenvolvido no âmbito desta Rede, importa equacionar o desenvolvimento de acções de cooperação que transcendam as fronteiras da mesma. A este nível propõe-se:

- Participar nas Reuniões de Trabalho da Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis;
- Reforçar a colaboração com Redes Nacionais de Cidades Saudáveis da Europa (designadamente com as Redes Espanhola), potenciando a adesão à Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis;
- Desenvolver projectos da Rede Portuguesa com a OMS – seminários, fóruns, projectos a desenvolver em escolas, entre outros, na lógica de rentabilização desta parceria através do recurso aos seus conhecimentos técnicos;
- Trabalhar no sentido de aumentar o número de cidades portuguesas na V Fase do Projecto Cidades Saudáveis da OMS, sendo que este reforço da participação de Portugal será um factor de fortalecimento e reconhecimento da Rede a nível nacional.
- Cooperar com outras instituições no seio da ONU que desenvolvam trabalho no contexto das temáticas subjacentes ao Projecto Cidades Saudáveis, se esta dinâmica se afigurar vantajosa para os objectivos da Rede;
- Estabelecer linhas de colaboração no âmbito do Projecto Cidades Sustentáveis.